

## O ALEGRE CANTO DO CORPO FEMININO E SUAS NOTAS DISSONANTES

Claudia Barbosa de Medeiros – UFRJ  
Carmen Lúcia Tindó Ribeiro Secco - UFRJ

### Resumo:

O romance *O alegre canto da perdiz*, de Paulina Chiziane, apresenta, em suas malhas discursivas, conflitos que marcam a relação entre os gêneros, sobretudo aqueles que decorrem do direito de autonomia da mulher frente ao homem. Este artigo problematiza de que modo tais conflitos se refletem no erotismo dos corpos, relacionando estas questões aos aspectos históricos da Moçambique pré-independente.

**Palavras-chave:** Mulher, erotismo, liberdade, colonização.

### Abstract:

The novel *O alegre canto da perdiz*, Paulina Chiziane, present, in its narrative, conflicts that mark the relationship between the genders, particularly those stemming from the right to autonomy of women relative to men. This article discusses how such conflicts are reflected in the eroticism of the body, relating these issues to the historical aspects of pre-independent Mozambique.

**Keywords:** Woman, eroticism, freedom, colonization.

“Na densa escuridão da noite ouviu-se uma perdiz com forma de mulher cantando gurué, gurué!” (CHIZIANE, 2008, p. 222)

O processo emancipatório da mulher africana, no qual são confrontados os valores da liberdade e as multifaces da opressão/submissão, é pano de fundo recorrente na escrita romanesca de Paulina Chiziane. Mitos e lendas, ancorados nas águas do imaginário, se embaralham aos ritos da tradição e às cenas captadas da modernidade, militando todos, no tropo narrativo, pela reformulação da identidade feminina, restituindo-lhe seu poder. Em seus estudos, o historiador burkinês Joseph Ki-Zerbo ressalta os diversos papéis de liderança já exercidos pelas mulheres na África tradicional em setores como o da religião, da educação e da agricultura, na medida em que “as atividades cotidianas levavam-nas a controlar numerosos saberes” (KI-ZERBO, 2006, pp 103-4).

No decorrer dos séculos, entretanto, ocorre uma progressiva deterioração de tal poder dos domínios femininos. A contribuir para este fato estão o recrudescimento de determinadas práticas autóctones e machistas efetuadas por muitos homens africanos e o longo período de dominação portuguesa sobre o território moçambicano, que acelerou e consolidou as ações discriminatórias. Como os seres mais vulneráveis das forças tirânicas dos colonizadores, as mulheres sofreram com a expropriação de seus direitos, de seus anseios, de sua voz, de seu próprio corpo. Nada de si deveria ser gerenciado por ela.

Ao recriar literariamente o comportamento sociocultural de homens e mulheres de Moçambique das últimas décadas, Chiziane intercepta o silêncio histórico e faz ouvir os gritos do feminino, suas denúncias, tornando manifestos problemas recorrentes como violência sexual (em crianças, inclusive), casamento precoce, sobrecarga de trabalho doméstico e defasagem de instrução das mulheres em relação aos homens, questões que, via de regra, estão associadas à consequência nefasta da prostituição feminina, do abandono afetivo e da exclusão social da mulher. Entretanto, contrariando o que seria fácil supor, a escritora moçambicana não produz clivagens nas relações de gênero. Nos núcleos narrativos de seus romances o que sucede, em muitos casos, é a harmonização dos sujeitos, homem e mulher, tendo como bases fundamentais a conquista de (alguma) liberdade e a afirmação da autonomia pela parte feminina.

Desde o período colonial e prolongando-se ainda no pós-colonial, o grande contingente feminino moçambicano se debruça sobre o binômio luta e resistência na consolidação de sua identidade. Em *O alegre canto da perdiz*, de Paulina Chiziane, as malhas discursivas do romance, publicado em 2008, recuperam lendas e mitos fundadores na construção dos gêneros, apontando para papéis sociais bem distintos desses contemporâneos. Tais mitos de fundação estabelecem “um vínculo interno com o passado como origem, isto é, com um passado que não cessa nunca, que se conserva perenemente presente” (CHAUI, 2001, p. 5).

Ao trazer fragmentos desse passado remoto para o presente, a escritora moçambicana ancora a narratividade dessas cenas romanescas num tom fabular, maravilhoso, e ainda sugere um diálogo entre ambos os tempos. Assim, revestida do senso do *Era uma vez...*, Chiziane robustece sua escrita de denúncia: no início de tudo, a mulher era ativa, independente, poderosa. Era livre. Até sucumbir à sedução dos homens, argutos e maliciosos, sendo por eles dominadas e escravizadas. E porque “as lendas antigas se reproduzem e se materializam” (CHIZIANE, 2008, p. 220), desde então, “todas as mulheres do mundo saem à rua e

produzem uma barulheira universal para recuperar o manto perdido” (CHIZIANE, 2008, p. 221).

O caráter mítico da origem da relação conflituosa entre os gêneros, desmembrado em diversas passagens da narrativa, em que os movimentos de aproximação e afastamento entre eles se alternam, ganha uma representação alegórica para narrar o advento da colonização portuguesa em Moçambique. Retomando o tom da fabulação, a voz narrante distingue o masculino – os navegadores portugueses – do feminino – a terra moçambicana – e, assim como nas lendas, o faz também a partir da perspectiva do poder de dominação, especificamente do poder de sedução e de subjugação do corpo. Neste caso, o corpo em questão é o da sereia, metáfora de Moçambique, a terra invadida, como observamos no trecho a seguir:

Era uma vez uns navegadores que se fizeram ao mar. Iam a caminho da Índia, em busca de pimenta e piri piri, para melhorar o paladar de suas refeições de bacalhau e sardinha. Quando passavam pelo oceano Índico, começaram a sentir vontades. De repousar. Ou de urinar. De pisar a terra firme e olhar para o mar. Talvez. Ou foram atraídos pelo maravilhoso canto das sereias. Atracaram.

Descobriram que a terra era imensa (...). A terra tinha onze sereias. O’hipiti, que chamaram ilha de Moçambique. Nampula. Inhambane. Cabo Delgado. Zambézia. Maputo. Niassa. Tete. Gaza. Sofala. Manica. De todas as sereias, a Zambézia era a mais bela. Os marinheiros invadiram-na e amaram-na furiosamente, como só se invade a mulher amada. A Zambézia bela, encantada, gritava em pleno orgasmo: vem, marinheiro, ama-me, eu te darei um filho. Eu e tu, sempre juntos, criando uma nova raça. (CHIZIANE, 2008, pp. 62-3)

As onze sereias nomeadas pelo narrador referem-se às províncias que formam o corpo territorial de Moçambique e a sereia mais bela, Zambézia, relaciona-se à região onde se desenvolve a trama ficcional, a maior parte em Gurué, um de seus municípios. Zambézia é o corpo que acolhe os Montes Namuli, “o berço da humanidade e de todas as espécies do planeta” (CHIZIANE, 2008, p. 40), um tipo de terra sagrada, cuja travessia simbolizará a redenção de algumas personagens do romance. O corpo da “sereia” Zambézia se estende para além de seus limites originais: antes a grande mãe, a parir os mitos da tradição, àquela época de invasão portuguesa, cede a sua nova função de gestante da “nova raça”, fecundando a mestiçagem entre negros e brancos. Zambézia é o corpo que se ergue diante da dominação do invasor e, num jogo de reciprocidade, também se apropria dele, lhe extraindo as vantagens.

Em *O alegre canto da perdiz*, as personagens Delfina e Soares também trazem para o corpo da escrita romanesca a representação da “dialética da colonização”, expressão cunhada

por Alfredo Bosi (BOSI, 1992), para refletir acerca das formações do povo brasileiro a partir da gestão colonizadora de Portugal. Delfina, a personificação da Zambézia, e, como tal, igualmente descrita pela voz narrante por meio de expressões hiperbólicas: a “negra mais bela, mais bem vestida, mais apetecível” (CHIZIANE, 2008, p. 79). Como a Zambézia, Delfina é a mulher que se altiva perante o invasor e o deseja como estratégia de sobrevivência e ascensão. Amasiada com Soares, o branco português, faz de seu corpo o território compartilhado das raças – é casada com um negro – e seu ápice é a fecundação e o parto da raça renovada:

– O meu estatuto é maior a partir de agora! Mãe de mulata. Concubina de um branco. Não mais morrerei à míngua, com esta filha que é minha segurança. Erguerei esta criatura como uma bandeira branca, a acenar aos marinheiros e a gritar: sou vossa! Juntei o meu sangue ao vosso na construção da nova raça. Eu te amei, marinheiro, cumpri a minha promessa, eis aqui o teu filho! Eternizei a tua passagem por esta terra. (CHIZIANE, 2008, p. 186)

Soares e Delfina duplicam, então, a alegoria do marinheiro e da sereia, vista na citação anterior, e reproduzem, mais uma vez, a face erótica da relação entre o colonizador Portugal e a colonizada Moçambique. Assim como a sereia Zambézia, submetida e invadida “furiosamente” pelo marinheiro – mesmo amada por ele –, que soube extrair do ato de dominação prazer e renovação, Delfina também aprende a explorar o corpo do explorador – ainda que ele discursse em nome do amor –, tomando para sua filha a sua virtude mais aparente: a cor branca da pele. Nestes termos, cabe questionar: de que é feito este amor erótico? Que elementos subjazem a esse processo contínuo de rendição e resistência entre mulheres e homens, ora sob os traumas da exploração, ora sob o encantamento do sensível? Questões como estas fomentam a literariedade inovadora do *corpus* ficcional de Chiziane, como veremos, ainda que superficialmente, na sequência do texto.

Voltando ao romance, foco deste artigo, Delfina vive esta oscilação de sensações e as contradições da cena social, tanto por ser mulher, como por ser negra. Mesmo sendo a mais linda e a mais desejada, possuidora de “um traseiro bom para botar no trono” (CHIZIANE, 2008, p. 92), de um “rosto para ser exibido na moldura de um espelho. Um pescoço fino para colares de diamantes” (*idem*), além de “cabelos fartos, bons para aconchegar grinaldas, coroas, diademas” (*idem*), tais adjetivos não a livram, porém, das marcas congênicas da dor: afinal, o “grito do seu nascimento fundiu-se ao grito de morte dos condenados, chicoteados no tronco até morrer” (CHIZIANE, 2008, p. 70). Simultaneamente, Delfina incorpora o horror e

o belo, os estigmas da escravidão e as asas que alegoricamente projetam a liberdade, “borboleta do cais” que era, alcunha que batizava as prostitutas.

Ao se defender da provocação das crianças do local, de suas palavras de ordem ofensivas contra ela, Delfina, soberana, desafiava-as:

–Digam também que não dormi com os maridos de vossas mães, porque são pretos fedorentos, não tomam banho, cheiram a tabaco e a catinga, vamos, cantem. Sabem o que vocês sentem? Inveja da minha beleza, da minha liberdade. As vossas mães dormem em esteiras frias e eu, Delfina Borboleta, tenho aos meus pés todos os homens do mundo. Vamos, cantem mais alto, cantem! (CHIZIANE, 2008, p. 80)

O orgulho pela posse “de todos os homens do mundo”, podendo ter aos seus pés aqueles que quisesse, contrapõe-se ao que parecia de fato querer dizer, mas que só à solidão de sua consciência revela:

Vocês não sabem o que significa uma vida igual à minha. Um corpo sem segredos, que se pega, que se paga, que se monta e se desmonta. Se o corpo da mulher se gastasse eu já não teria nada lá dentro, de tanto vender à procura de sustento (...). Finjo, por orgulho, que sou feliz. É por orgulho que lanço ao mundo este olhar de rainha. Cada homem que me sobe é uma pá de terra que me cobre. Cada moeda que recebo é uma picada na alma, dói. Não se pode ser boa moça num mundo de injustiça. Numa luta desigual, vale mais a pena a rendição do que a resistência. (CHIZIANE, 2008, p. 81)

Ao mesmo tempo em que se submete ao “mundo de injustiça”, prostituindo seu corpo como forma mais adequada de rendição, Delfina surpreende: o ato de lançar sobre si um “olhar de rainha”, dissimulando sua infelicidade, contra-ataca a desqualificação que o outro lhe remete e triunfa sobre o demérito alheio. Sobrepõe-se à violência simbólica, de que falou Pierre Bourdieu, típica das sociedades bipartidas entre dominador e dominado, como aquela em que Delfina se insere. Tal violência – que extrapola a física e a social – faz com que o ser dominado, privado de ferramentas e estratégias independentes de reflexão sobre seus modos de vida, acabe por internalizar a visão negativa que o dominador tem dele, resultando na “incorporação de classificações, assim naturalizadas, de que seu ser social é produto” (BOURDIEU, 1999, p.47). As depreciações lançadas pelas crianças contra a mais bela borboleta do cais são como ecos da voz do grande senhor, Portugal. Delfina, no entanto, ainda que fingindo, resiste e canta sua elevada autoestima.

É, contudo, na outra luta que a borboleta se rende, na “luta desigual”, entre a miséria do corpo-terra devassado e o poderoso império do invasor português. Sabedora de que “os marinheiros civilizavam o povo arrancando-lhes os olhos da cara. Cristianizavam fornicando

as mulheres nas matas. Construíram o novo mundo com espadas, canhões e chicotes” (CHIZIANE, 2008, p. 70), mesmo assim, opta por disponibilizar para si o grito orgástico da Zambézia: “vem, marinheiro, ama-me, eu te darei um filho”. É com Soares, seu amante português, que Delfina realiza a cena alegórica. Ele, “velhote e rechonchudo” (CHIZIANE, 2008, p. 216), homem de posses e de uma esposa honesta e monótona demais, revigora-se na vida por meio desta paixão inter-racial: “os velhos amigos, mortos de inveja e de espanto, davam-lhe palmadas amigáveis nas costas, elevando-o mais alto no voo de sonho: o velho lobo está de volta, está vivo e está em forma! Consegui emprenhar a mais fogosa sereia! Grande macho!” (CHIZIANE, 2008, p. 216). Desta vez, é Soares o fecundador e Delfina, a sereia. No plano simbólico, é Portugal, o colonizador macho, portador do chicote, que, então, se revitaliza. Assim, a lenda se materializa e a história se repete.

Na relação amasiada com Soares, Delfina personifica o processo de assimilação, de certa forma, imposto à população colonizada. Ela quer o apagamento das dores e, para isso, não teme afastar a África de si, juntando-se a um branco português. Recorre à assimilação como um bem de direito, artigo imprescindível para seu projeto de ascensão social. A convicção quanto à mudança de vida está na objetividade do seu discurso que se interpõe entre a voz do narrador e declara: “Nesta vida, eu serei alguém” (CHIZIANE, 2008, p. 77). A voz narrante retoma a palavra para expandir o sentido e o significado do que dissera a negra mais bela:

No seu sonho é senhora e habita uma cidade de pedra. Com vestidos de renda. Criados tão pretos como ela que tratará como escravos. Um marido branco e filhas mulatas a quem irá pentear os cabelos lisos e amarrar com fitinhas de seda. Terá a grandeza das sinhás e das donas, apesar de ser negra, ela sente. Receberá favores do regime. As mulheres negras que casam com brancos sobem na vida. Comem bacalhau e azeitonas, tomam chá com açúcar, comem pão com manteiga e marmelada. (CHIZIANE, 2008, pp. 77-8)

A (re) construção de si – referenciada na expressão “ser alguém” – para Delfina é erigida sob os pilares do processo assimilatório, quando suas marcas originais metamorfoseiam-se num novo ser que nasce, ou que, em seus projetos, nascerá um dia. E nele, apesar da condição irrevogável da pele preta, lhe caem bem os vestidos de renda, os escravos pretos, a autoridade de sinhá e a boa mesa.

Entretanto, este novo ser, que migra de *status* social, não chega a vingar completamente, pelo menos não naqueles tempos em que prevalecia o poder hegemônico de

Portugal. Sobre esta estrutura pouco flexível, o sociólogo moçambicano José Luís Cabaço opina:

Três factores marcaram as relações sociais na Moçambique colonial do século XX: o imperativo de *ordem*, determinado pela premência da segurança dos brancos em número estatisticamente insignificante, a importância de uma definida **hierarquia social**, que afirmasse as relações de poder, e a necessidade de conter a **mobilidade social**, como forma de defesa dos privilégios. (CABAÇO, 2009, p. 226, grifos do autor)

A contenção da “mobilidade social”, tão bem articulada pela elite portuguesa/moçambicana que governava o país africano, frustra os projetos de ascensão de Delfina. Em vão todos os seus sonhos como “uma branca imaginária” (CHIZIANE, 2008, p. 228), seus discursos a favor do branqueamento da raça e até os feitiços para segurar o velho Soares. A partida do amante é certa, como certo é o seu desejo de retorno para a mulher branca, a matriz amorosa. Antes da despedida, porém, o homem ainda alerta Delfina sobre o engano de seu projeto, em que cabeleiras postiças e cremes clareadores de pele lhe convenciam da ilusão de um novo mundo: “Amei-te por seres negra e não por seres a imitação de uma branca. Esposa branca tive eu. (...) Amo em ti a cor da terra, a cor da fertilidade” (CHIZIANE, 2008, p. 229). A cor que Delfina recusa, que tingia negras como ela, pois, como lhe ensinara a mãe:

– Vida de negra é servir, minha Delfina. Nos campos de arroz. Nas sementeiras e na colheita de algodão, para ganhar um quilo de açúcar por mês ou uma barra de sabão que não cabe na palma da mão. Uma negra é força para servir em todos os sentidos. Foi uma grande sorte teres nascido bela, senão estarias a penar sob o sol abrasador, onde sanguessugas invisíveis provocam doenças e mortes nos pântanos. Tens sorte, tu serves na cama, tens mais rendimento. (CHIZIANE, 2008, p. 100)

Nos vaticínios de Serafina, a filha Delfina aprende que a coloração da pele determina o destino e a cor preta indica o pior deles. Mas a mãe reverencia a sua beleza. Naqueles tempos de colonizadores brancos espalhados por Moçambique, reconhece que os atributos estéticos da filha podem ser o passaporte – ou a pretensão dele – para o deslocamento social de Delfina e, quem sabe, dela também:

És uma negra daquelas que os brancos gostam. Tens lábios gordos com muito tutano, cheios de sangue, cheios de carne. Sobrancelhas fartas como novelos de seda. Dentes de marfim e olhos de gata. Tens o peito cheio e um traseiro de rainha, bem modelados e recheados. (CHIZIANE, 2008, p. 99)

A mãe, aliás, sabe explorar habilmente a sedução erótica que a filha exerce sobre os homens, desde miúda. Se, por um lado, Serafina parece convencida de que da cobiça deles por Delfina até sua posse é uma questão de pouco tempo, à revelia delas, por outro, tenta organizar estratégias para que nesse iminente ato de exploração do corpo da filha, ela possa, rejeitando a passividade absoluta, atuar também como agente, como sujeito, fundindo as ações de resistir e de render-se, imbricando os papéis de explorador e de explorado. Já no remoto tempo de Delfina criança, suas frustradas tentativas de inserções sociais apontavam para o potencial latente do seu corpo erótico: na escola, acabou perseguida e expulsa pela freira “porque era recheada, bonita e atralhalhava a atenção dos rapazes” (CHIZIANE, 2008, p. 78). Na igreja é novamente expulsa pela freira, pois “distraía a atenção dos fiéis e enchia os padres de desejos pecaminosos” (CHIZIANE, 2008, p. 78). Tantas perseguições e segregações acabam por ser a gênese do projeto de ascensão social que a mãe idealiza para a filha, de início apenas como a negra que serve na cama, para ter “mais rendimento”, e, finalmente, casando-se com um branco. A fim de ser ela, a mãe, a administrar o ingresso de Delfina no universo do sexo, articula todos os pormenores da ocasião em que o corpo da pequena se desconecta da infância, inclusive não privando a si mesma dos benefícios:

Tudo por causa daquele dia em que a mãe a atirou como uma gazela na jaula de um carnívoro. O velho branco estava no quarto escuro esperando por ela. Segurou-a. Apalpou-a. Sugou-a. A mãe sorria lá fora, tomando um copo de vinho e esperando por ela. Foi um momento de conflito intenso, em que não conseguia entender a alegria da mãe perante o pecado original. (CHIZIANE, 2008, p. 78)

Inicia a vida adulta com o corpo precocemente ofertado como a moeda de troca da mãe. Assim, o escambo é usado em proveito de pequenas migalhas: Delfina faz rapidamente a leitura de seu destino e reverte a seu favor seus atributos físicos ainda não sucateados pelos clientes de Serafina, brancos e vorazes, “predadores do exótico” (CHIZIANE, 2008, p. 84). Seu corpo erótico, colonizado pela mãe desde a infância, volta a seus domínios. Assume-se como borboleta do cais, depois a borboleta de Soares, “confirmando que o sexo é uma arma de combate em tempo de guerra” (CHIZIANE, 2008, p. 91).

A aprendizagem adquirida com a mãe vai além da iniciação da comercialização do corpo como modo de subsistência e ascensão social. Nas lições sobre o amor, Serafina opta por desqualificá-lo, descredenciá-lo, com a intenção de que a filha aprenda que o pragmatismo da vida de mulheres como elas inviabiliza sonhos e sentimentos:

– O que é o amor para a mulher negra, Delfina? Diz-me: o que é o amor na nossa terra onde as mulheres se casam por encomenda e na adolescência? Diz-me o que é o amor para a mulher violada a caminho da fonte por um soldado, um marinheiro ou um condenado? As histórias de paixão são para quem pode sonhar. A mulher negra não brinca com bonecas, mas com bebês de verdade, a partir dos doze anos. (CHIZIANE, 2008, p. 96)

Internalizando mais este legado materno, Delfina constrói sua vida como se não houvesse o amor e dirige sua consciência a partir da perspectiva de seu corpo. Ora prostituta dos homens do cais, ora amante de Soares, o branco que, antes do feitiço, não lhe confiava maiores privilégios, a borboleta negra voa de um lado para outro em busca de dias melhores. Voa horizontalmente, sem conseguir ganhar altura, sem que seu voo a leve para novos patamares do céu. Como se aquela matéria erótica se ressentisse da ausência de uma leveza, oriunda do sensível.

Ao conhecer José dos Montes, no entanto, negro como ela, Delfina sente a vertigem porque “de repente o amor mostrou o colorido das suas asas e a doçura do seu paladar” (CHIZIANE, 2008, p. 85). Tomados pela paixão, entregam-se mutuamente e, com a simetria do encaixe de seus corpos, finalmente “removem os obstáculos do caminho e voam para além das estrelas” (CHIZIANE, 2008, p. 71).

Surpreendida por aquele estado de encantamento, Delfina rejeita-o tão logo cessa o êxtase inicial. Afinal, onde figuraria o amor, as delicadezas e as concessões que tal sentimento pressupõe? Acostumada à vida por meio das batalhas concretas, nas quais a lei é matar ou morrer, ser o vencedor ou ser o vencido, Delfina vacila, incerta, contraditória, uma vez que se habituada à materialidade das lutas em que o sexo era a arma e o luxo, o troféu. Impõe o casamento, como antídoto do amor, convencida de que sentimentos dessa natureza não resistem à monotonia e às demandas do cotidiano. Ao revelar à mãe que iria casar-se com José dos Montes, negro, condenado, ainda que fosse para matar o amor, Serafina mostrou-se categórica:

Vais casar com um preto, parir mais pretos e mais desgraças. Com tantos brancos que te querem bem. Não custa nada eliminar a tua raça para ganhar a liberdade. Temos que resistir, Delfina, temos que resistir. Temos que nos submeter à vida que nos impõem, acreditar no Deus deles, esse ser invisível e sem forma concreta. (CHIZIANE, 2008, p.101)

A resistência de Serafina não era contra os portugueses brancos e exploradores. Ao contrário, a resistência era ao legado da miséria, ao destino estreito que ela parecia entender ser a sina de quem ficasse restrito à convivência entre moçambicanos, para “parir mais pretos e mais desgraças”. Interagir com os brancos era render-se à transformação social, ao devir, ao

futuro utópico, ainda que sob a condição irrefutável de apagamento de todas as tradições, valores e crenças. E José não era branco, não podia ser marido. José era preto e, nesta condição, era condenado.

Mas José dos Montes, o belo negro cortejado por muitas mulheres, e Delfina, a bela negra assediada por muitos homens, casaram-se. Neste jogo de espelhamento, sabiam do risco que suas identidades afins corriam, podendo deflagrarem-se, à proporção que surgisse uma repulsa mútua, naqueles tempos de guerra. Casaram-se, paradoxalmente por amor e para afastarem o amor de si. Soares, o branco rico, fora temporariamente preterido pelo negro pobre José. A ausência do português, no entanto, deixara vácuos inabitáveis na vida de Delfina, tais como a perspectiva do luxo e a ilusão da ascensão social, da migração de pele. Por amor àquela mulher, então, José aceitara o único caminho que lhe parecera possível para amenizar os danos: a assimilação. Acatara com muito mais convicção do que oferecera resistência:

– Os assimilados são assassinos, Delfina.

– E daí? A vida de um negro é matar ou morrer. Se não matas tu, matam-te eles a ti. Que diferença faz?

– Achas que é boa solução?

– Tenho a certeza. Tens todo o direito de dizer não, mas lembra-te: eu não nasci para a pobreza. (CHIZIANE, 2008, p.116)

Submetera, assim, a sua vontade à dela e transformara sua vida numa outra que, embora agindo com seu corpo, lhe pertenceria apenas nas aparências da vida. Sob as palavras do tirânico julgamento, o homem aos poucos se desfizera e se transfigurara num ser amorfo, cujo tempo vindouro iria dar-lhe os novos contornos de torturador e perseguidor de negros iguais a ele. José, no ritual da assimilação, jurara, por amor a Delfina, aquela que, com o mérito da sinceridade, lhe avisara que não nascera para pobreza, então nada mais havia a fazer: “vamos, jura por tudo que não dirás mais uma palavra nessa língua bárbara. Jura, renuncia, mata tudo, para nasceres outra vez” (CHIZIANE, 2008, p. 117). A ironia dos fatos: em razão do amor a Delfina ele jurara “morrer”, subvertendo o acordo inicial de que seriam eles a matarem o amor. As ordens foram compreendidas e aceitas: “mata a tua língua, a tua tribo, a tua crença” (*idem*). Não importava àqueles que o iniciaram a paixão de José pela negra mais bela, paixão que o levava até ali; o único valor era o juramento: “juras abandonar essas crenças selvagens, a língua atrasada, e a vida bárbara?” (*idem*). José jurava por Delfina, “sereia maligna. Que o fazia rodar na roleta russa. Tornando-o uma estrela cadente, um planeta secundário, orbitando à volta dela, astro maior” (CHIZIANE, 2008, p. 133).

Os minguados bens materiais conquistados na vida de pós-assimilado não contentaram Delfina e ainda abriram feridas na consciência de José dos Montes. Violados e violadores, um e outro sabiam que o corpo de ambos já estava impregnado pela violência que o tempo histórico impingira. Mas a falta de trégua não deixava margem para que se fizessem vítimas, por isso Delfina fez retornar o português Soares para sua cama, enredando-o por meio de feitiços, e o sipaio José permaneceu ecoando seus instrumentos de guerra em favor do processo de exploração e escravização dos negros. De um modo e de outro, seus corpos escreviam a história da colonização portuguesa em terras africanas:

O colonialismo é macho, engravidou o ventre da tua mulher. Roubou o beijo da tua namorada e o sorriso dos teus filhos. Oh, o chicote do branco é uma carícia, não dói. O chicote verdadeiro é o que assobia nas mãos do teu irmão. Chapada de branco é esponja sobre a pele, não é nada. A mão do preto tem calos, cicatrizes, tatuagens, espinhos. Dura como ferro. Pica, fende, fere, quebra. E dói ainda mais porque é teu irmão. A injúria de branco é estrangeira, passageira. Mas a do teu irmão é espinhosa, o preto José passou para o lado dos brancos. (CHIZIANE, 2008, pp. 132-3)

O narrador chama atenção para outras vozes do discurso coletivo da sociedade moçambicana, vozes conscientes ou inconscientes, e, nas críticas ao processo de colonização, a denúncia mais contundente é contra o próprio africano. A tortura dos brancos não doía; comparado ao chicote que açoitava os pretos, o deles era carícia, afirmação que ressalta os traços contraditórios da relação entre brancos e pretos, na época da colonização. Novamente os europeus “mereciam a complacência” dos africanos, como já demonstraram a “sereia” Zambézia em relação ao marinheiro e Delfina, em relação a seu amante Soares. Os portugueses pareciam ter o salvo-conduto do estrangeirismo: corpo estranho e transitório. Logo, o pertencimento ao invasor era por empréstimo, por obediência, por interesse.

As sendas discursivas de *O alegre canto da perdiz*, impregnadas de eroticidade no enunciado romanesco e também no nível de sua enunciação, como as citações selecionadas procuraram ilustrar, confirmam o quanto a atuação dos portugueses se estendeu à invasão e ao domínio do corpo do africano, sobretudo o corpo feminino. Ainda assim, o quanto este corpo feminino, como fez Delfina, soube, de alguma forma, se conciliar com o invasor, articulando estratégias de sobrevivência e flexibilizando os significados do que fosse rendição e do que fosse resistência. Paralelamente à construção desta nova relação, a mulher moçambicana ainda se ocupava das vivências afetivas com seus conterrâneos e com eles, da mesma forma, travava uma batalha para configurar uma identidade, uma autonomia, dividida entre a virtude

da submissão e a necessidade de independência. Nesta perspectiva, torna-se compreensível e ilustrativo o paradoxo presente na cena descrita a seguir:

As mulheres sozinhas são rainhas e têm orgulho de existir como no princípio do mundo. Escravizadas, saem à rua, lutam pela liberdade, mas quando estão dentro do quarto imploram de novo pela escravatura e domínio masculino. E os homens, esses heróicos vencedores, são reis apenas quando estão sós. Nos braços de mulheres uivam como crianças. (CHIZIANE, 2008, p.301)

Esta citação demonstra o quanto, nos conflitos entre homens e mulheres, existe uma espécie de poder movente, oscilatório, que alterna de um para o outro conforme a circunstância. E, neste caso, o que a voz narrante aponta como circunstâncias predominantes são o social e o erótico e, em cada uma delas, os gêneros têm comportamentos distintos e contraditórios. Em *O alegre canto da perdiz*, as personagens mostram este caleidoscópio de sentimentos, intenções e necessidades. Numa trama ficcional conduzida pelas personagens femininas, é a mulher quem mais se expõe, quem não teme o voo narrativo e assume as próprias contradições e suas identidades plurais e flexíveis. Como a Delfina de Paulina Chiziane, ao mesmo tempo sereia, borboleta e perdiz. Suas ações mesclam desejo, amor, ambição, luta política e talvez ainda outros apelos que o largo horizonte de sua condição de mulher pode lhe permitir alcançar, à revelia daquele contexto histórico-social restritivo, na medida em que a subjetividade feminina é incoercível. Assim, Delfina se fez muitas:

Sou a Delfina. Mulher amada e odiada. Eu voei, tal como o vento que não tem asas mas voa. Naveguei o oceano da vida com um só pé. Como um peixe. Peixe mulher. Sereia do mar. Fui tudo: pura e profana. Serena. Louca. Prostituta e santa. Maga, feiticeira. Verdade e mito. Deusa e demônio. Canibal. Fiz do meu lar frente de combate com vítimas, vitórias, aliados, inimigos, mortos, feridos, traumatizados. Como os bombardeiros, destruí meu ninho em pleno voo mas superei em liberdade todas as mulheres do mundo. Eram meus os montes no horizonte e as asas das andorinhas no alto dos céus. (CHIZIANE, 2008, pp. 323-4)

Em seu voo, a bela Delfina não temeu fazer de seu corpo erótico um território de interseção entre José dos Montes – negro moçambicano – e Soares – branco português – e, neste gesto, figurativamente o fez reproduzir faces do processo de colonização de Portugal em Moçambique, como a disputa de autoridade, o jogo de interesse por privilégios, o entrelaçamento das culturas e a mestiçagem dos povos. Intermediar a convivência dos opostos fez parte de sua natureza, ou melhor, de suas naturezas, em tantas ela se multiplicou. Afinal, a partir desta sua habilidade, é que conseguiu agregar asas na sua sereia do mar e voar para o “alto dos céus”, superando “em liberdade todas as mulheres do mundo”. Liberdade adiante também alcançada pelo país africano frente ao antigo colonizador e, ainda hoje,

gradativamente, conquistada pelas mulheres moçambicanas em relação aos homens que pensam ser senhores. Em cada uma delas, uma Delfina, seus paradoxos, suas asas e sua disposição para o voo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Tradução de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BRANCO, Lúcia Castello. *O que é erotismo*. 2. ed. São Paulo: Editora Braziliense, 1987.

CABAÇO, José Luís. *Moçambique: identidade, colonialismo e libertação*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

CHAUÍ, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. 2001.

<http://www.capitalsocialsul.com.br/capitalsocialsul/analisedeconjuntura/analisedeconjuntura/Mito%20Fundador%20e%20Sociedade%20Autorit%20ria..pdf> Acesso em 27/04/2014.

CHIZIANE, Paulina. *O alegre canto da perdiz*. Editorial Caminho, 2008.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução Tomaz Tadeu da Silva. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

KI-ZERBO, Joseph. *Para quando a África?* Entrevista com René Holenstein. Tradução de Carlos Aboim de Brito. Rio de Janeiro: Pallas, 2006.

Artigo recebido em 30-04-2014

Artigo aprovado em 01-07-2014